

# Raízes

v.37, n.1, jan-jun/2017

## AGRONEGÓCIO, RESISTÊNCIA CAMPONESA E GOVERNANÇA TERRITORIAL NO CONTEXTO DA CRIAÇÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA CHAPADA LIMPA

---

Diana Patrícia Mendes, Benedito Souza Filho

---

### RESUMO

O artigo analisa as formas de resistência camponesa diante do avanço do agronegócio, que contribuíram para a criação da Reserva Extrativista Chapada Limpa, no município de Chapadinha, no Leste do Maranhão. Busca sublinhar a ação coletiva das famílias como estratégia de defesa dos seus territórios. A partir do trabalho de campo, com a utilização de entrevistas e observação direta, o trabalho procura dar conta também dos problemas da governança na unidade de conservação, bem como das formas de uso dos recursos.

Palavras-chave: Ação Coletiva; Resistência Camponesa; Reserva Extrativista.

### AGRIBUSINESS, PEASANT RESISTENCE AND TERRITORIAL GOVERNANCE IN THE EXTRACTIVE RESERVE OF *CHAPADA LIMPA* CREATION CONTEXT

### ABSTRACT

This article aims to understand the forms of peasant resistance in the context of creating of the Extractive Reserve Chapada Limpa, located in the municipality of Chapadinha/ MA State, Brazil. It aims to emphasize the collective action of families as strategy defense of their territories. From the fieldwork, with the use of interviews and direct observation, the work also tries to take in account the problems of governance in the conservation unit, as well as the ways of using resources.

Key words: Collective Action; Peasant Resistance; Extractive Reserve.

---

Mestranda em Ciências Sociais no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão (PPGCSoc/UFMA). E-mail: dipatriciamentes@gmail.com.

Doutor em Antropologia Social. Professor do Departamento de Sociologia e Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão (PPGCSoc/UFMA). E-mail: beso45@gmail.com.

---

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa analisar os elementos que justificaram a criação da Reserva Extrativista (Resex) Chapada Limpa como estratégia de defesa de territórios por parte de famílias camponesas ante o avanço de empreendimentos do ramo da soja. Entendemos por isso, as mudanças nas relações sociais que tornou esse território uma referência de resistência ao *agronegócio*. O universo empírico da pesquisa foi o povoado Juçaral, localizado no município de Chapadinha<sup>1</sup>, que se destacou pelo movimento de resistência de seus moradores à expropriação e devastação das áreas de *chapada*<sup>2</sup>, locais de instalação de empreendimentos do ramo da soja, e também por ser o primeiro povoado a dar início ao diálogo com funcionários do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), (à época) com vistas à criação da Resex.

É nesse ponto que se insere uma das razões para escolha dessa área como local de pesquisa. Os empreendimentos do ramo da soja, uma vez instalados necessitam para o desenvolvimento de suas atividades, a utilização de grandes extensões de terra, livres de vegetação nativa. Os interesses dos sojicultores promovem, portanto, a destruição de áreas de cerrado, comprometendo dessa forma, a reprodução social e econômica das famílias instaladas nessas áreas ou próximas a elas. Esses empreendimentos interferem no bem-estar dos grupos familiares que historicamente exploram essas áreas de *chapada*, desenvolvendo suas atividades agrícolas, extrativas e de pequena criação de animais. A mobilização das famílias ocorreu justamente para que não fossem privados de realizar suas atividades rotineiras para dar lugar a esses empreendimentos.

Privilegiou-se nessa pesquisa, a análise e discussão sobre as áreas de incidência dos conflitos, os agentes envolvidos, os móveis das tensões, confrontos desencadeados a partir da instalação dos *chamados gaúchos*<sup>3</sup>, assim como as estratégias mobilizadas pelas famílias.

Buscaremos refletir sobre as formas de resistência camponesa diante do avanço da devastação do cerrado maranhense e os graves problemas socioambientais que se verificam no município de Chapadinha. A finalidade é investigar quais mecanismos esses grupos mobilizaram em suas estratégias de defesa dos territórios que ocupam e em que contextos as mobilizaram. Nesse sentido, é interessante observar como se movimentam as próprias famílias e quais as ações de apoio, de assessoria receberam de instituições e agentes de mediação que tradicionalmente se interpõem entre elas e a sociedade mais ampla.

O trabalho de campo via observação participante, proporcionou as bases para as análises empreendidas no presente artigo. A observação direta e as entrevistas realizadas auxiliaram no entendimento dos diversos aspectos relacionados com os problemas enfrentados pelas famílias, as suas estratégias, assim como as articulações para a criação da Resex Chapada Limpa.

1 O município de Chapadinha está localizado na Mesorregião Leste Maranhense. Conforme classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esta Mesorregião é formada por seis microrregiões geográficas: Baixo Parnaíba Maranhense, Chapadinha, Codó, Coelho Neto, Caxias e Chapadas do Alto Itapecuru.

2 Como mencionado por Paula Andrade (2008, p. 65), as áreas de *chapada* são apropriadas pelas unidades de produção camponesa para a caça, coleta de frutos e plantas medicinais, assim como a criação de animais. As caças mais comuns nessas áreas são o tatu, cotia, caititu, peba e outros. Os frutos mais procurados são o bacuri, o pequi, o murici, dentre outros, assim como o mel que também é fundamental à dieta dessas famílias camponesas. Além desses, as ervas medicinais são igualmente exploradas pelas famílias.

3 Denominação atribuída àqueles que se dedicam ao cultivo da soja não apenas aos que vieram do Rio Grande do Sul, mas também produtores oriundos de diversos lugares das regiões Sul, Sudeste e Centro Oeste do país, e hoje se expandem para o Leste do Maranhão e já atingem, com seus monocultivos, até mesmo as áreas de floresta, no Pará. Desse modo, o Leste Maranhense passou a ser identificado como o “novo eldorado” por parte desses novos agentes sociais interessados na terra (Paula Andrade, 2008; Gaspar, 2013). Para maiores informações consultem-se os trabalhos realizados por Haesbaert (1997) no oeste Baiano e Moraes (2000) no sudoeste piauiense.

O artigo está organizado em três partes: na primeira apresentamos os elementos que caracterizaram a emergência dos conflitos, tal como o início da resistência dos camponeses. Na segunda, mostramos os enfrentamentos a pretensos proprietários e gaúchos e também mobilização coletiva das famílias para a criação da Resex. Na terceira, dedicamos atenção às formas de manejo e uso dos recursos provenientes das transformações ocorridas dentro da Unidade de Conservação (UC), no que diz respeito à governança ambiental e territorial, uma vez que elas também transformam e influenciam as práticas dos grupos familiares em relação ao território em que vivem e ao ambiente de que fazem uso.

## 1. A AMEAÇA DE EXPROPRIAÇÃO E O INÍCIO DA RESISTÊNCIA: COMPREENDENDO A EMERGÊNCIA DOS CONFLITOS

Juçaral é o povoado que se destaca pelo movimento de resistência ao desmatamento das áreas de chapadas. É justamente em razão da ameaça à reprodução material das famílias que identificamos a motivação para a criação da Unidade de Conservação e os tipos de problemas enfrentados pelas famílias. Assim, o trabalho de campo realizado no povoado, permitiu o acesso às informações que auxiliaram na compreensão da história de ocupação do povoado, os problemas com os pretensos proprietários e o enfrentamento dos chamados gaúchos, bem como a mobilização para criação da Resex.

Convém esclarecer que as situações de conflito ajudam a entender o longo processo de ocupação da área por parte das famílias. Para fins dessa caracterização, faremos uma rápida contextualização do processo de ocupação da área e os fatores que concorreram para a emergência de conflitos com pretensos proprietários da área onde se situa o povoado Juçaral.

As narrativas das famílias apontam que as primeiras famílias do povoado ocuparam essas terras na década de 1960 e mencionam que Pedro Ribeiro teria sido um dos primeiros moradores de Juçaral. Após ter fixado residência e desenvolvido atividades agrícolas, outras famílias passaram a instalar-se no local. Assim como Pedro Ribeiro, essas famílias eram também provenientes do Estado do Piauí e se instalaram na região em busca de terras livres (Andrade, 1973), onde seus descendentes permanecem até hoje.

Essa migração está relacionada com problemas sociais decorrentes de grandes períodos de seca e de concentração fundiária, fatores que sempre afligiram a região nordestina, como observou Andrade (1973) em seus estudos sobre o processo de ocupação territorial do Maranhão. Aos desafios próprios desse contexto, acrescentam-se o desejo de melhorar a qualidade de vida e a busca de condições para garantir a manutenção dos integrantes das unidades familiares. A fim de alcançar esses objetivos, chefes de família saem em busca de áreas disponíveis para cultivar livremente (Andrade, 1973; Velho, 1972).

Embora seu Pedro Ribeiro seja apontado como suposto dono de Juçaral, as narrativas informam que as famílias que residiam em tais terras não pagavam renda (nem produto e nem a dinheiro) pelo uso da terra. Os relatos evidenciavam qualidades atribuídas a Pedro Ribeiro, como aquele que ofereceu condições não só para a reprodução das áreas de cultivo, mas também para a coesão social das famílias.

Outro aspecto relacionado ao controle do território é a falta de demarcação de terras no Leste do Maranhão. Em relação à aquisição de terras e registros irregulares para o controle ilegítimo de terras, Shiraishi (1995) aponta que muitas dessas aquisições foram sustentadas por mecanismos de grilagem, como o que ocorreu em Juçaral.

Aparece nos relatos que Pedro Ribeiro se endividou e não teve mais condições de pagar os impostos da terra e, por conta disso, cedeu uma parte da área (50 braças) que correspon-

de ao povoado Juçaral, para Mudiquinho Vieira, que à época era prefeito de Chapadinha, em troca do pagamento dos impostos devidos. De acordo com os interlocutores, além da área cedida na negociação com Pedro Ribeiro, Mudiquinho Vieira açambarcou outras áreas e passou a dizer-se *dono*.

Com relação aos outros problemas observados envolvendo famílias dos povoados vizinhos, Chapada Limpa I e Chapada Limpa II, destacamos os relacionados às atividades extrativas, como a coleta de bacuri e à obrigatoriedade de dividir o produto dessa atividade, identificado pelos trabalhadores como *bacuri de meia*, ocorrida no povoado Chapada Limpa I entre 2003 e 2004. O problema do pagamento de renda da terra e da exploração do trabalho das famílias por meio do chamado *bacuri de meia*, exigências dos irmãos Gilvan e Pedro Fonteles (pretensos proprietários de Chapada Limpa I), definiram uma situação-limite que fez com que seu Raimundo Beata (morador de Chapada Limpa I) iniciasse a recusa em entregar os bacuris segundo esse sistema. Cansado daquela situação de exploração, recusou-se a realizar tal divisão, demonstrando coragem em enfrentar aquele que se dizia proprietário da terra. Essa iniciativa de seu Raimundo Beata pode ser entendida como uma forma de resistência cotidiana, tal como sublinhado por Scott (2002).

Essa forma de resistência individual abriu espaço ao questionamento do direito de propriedade dos pretensos proprietários e a recusa dos demais integrantes das famílias de Chapada Limpa I de continuar pagando renda pela terra e de entregar a metade dos bacuris coletados.

Diante dos interesses antagônicos, a posição dos membros das unidades familiares do povoado Chapada Limpa I acabou assumindo as características de um enfrentamento declarado. De um lado a sobrevivência das famílias que historicamente viviam naquela área e que dependiam das terras para assegurar a reprodução material de seus membros; de outro o pretense proprietário, que desejava continuar explorando as famílias mediante cobrança de renda pelo uso da terra. Segundo os interlocutores, o caso foi objeto de intervenção da justiça e ficou constatado que os pretensos proprietários de Chapada Limpa I não tinham o título de propriedade das terras que alegavam como suas. A partir desse momento as famílias de Chapada Limpa I deixaram de realizar definitivamente a divisão do bacuri.

Além desses enfrentamentos em Chapada Limpa I, relacionados com pagamento do chamado *bacuri de meia*, destaca-se o ocorrido no povoado Chapada Limpa II, em 2004. Tal problema refere-se à supressão da vegetação nativa e a derrubada de um antigo *bacurizeiro de sessenta galhos*, pelo pretense proprietário chamado Manuel Lira. A derrubada de áreas de *chapada* está relacionada com a presença de *gaúchos* na região. Ele pretendia desmatar a área que dizia ser sua para posteriormente vendê-la aos denominados *gaúchos*. Essa iniciativa de Manoel Lira causou insatisfação coletiva e o enfrentamento dos *gaúchos* por parte dos moradores de Juçaral, que na época – 2004 - ameaçavam desmatar amplas áreas de *chapada* no povoado para dar lugar ao plantio de soja.

De acordo com os dados obtidos, o bacurizeiro derrubado era considerado o mais antigo. Por ser frondoso, ele servia como abrigo para quem transitava pela região e também funcionava como ponto de localização. Era conhecido, inclusive, por pessoas de outras localidades. Por ser bastante apreciado pelas famílias, possuía grande valor simbólico.

O conflito em Juçaral ocorreu porque outro pretense proprietário, Evaldo Vieira, prometeu vender uma parte das terras, a moradores, pelo crédito fundiário. Não cumprindo o acordo com as famílias, vendeu a área para um *gaúcho* chamado Volmir Follmer. As famílias de Juçaral ao se sentirem ameaçadas de perderem as áreas de *chapada*, dirigiram-se ao Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de Chapadinha para denunciar a situação e encontrar uma forma de assegurar a permanência no território. Ante a ameaça de perder suas

terras, os trabalhadores acabaram adotando medidas no sentido de defendê-las. Denunciar o problema e pedir apoio do STTR na defesa das terras e da *chapada* podem ser lidas como formas de resistência, nos termos sublinhados por Scott (2002).

Segundo os informantes, a cobrança exorbitante do aluguel da terra e do produto do extrativismo das famílias do povoado Chapada Limpa I; o conflito no povoado Chapada Limpa II, que ocasionou a supressão da vegetação nativa e a derrubada de um antigo bacurizeiro, ocorrido em 2004; e a ameaça de derrubada de áreas de *chapadas* no povoado Juçaral, também em 2004, são os principais eventos justificadores da mobilização coletiva das famílias para a criação da Reserva extrativista Chapada Limpa.

## 2. AÇÃO COLETIVA PARA CRIAÇÃO DA RESEX CHAPADA LIMPA

As situações identificadas são consideradas como fatores que concorreram para a mobilização das famílias das localidades Chapada Limpa I, Chapada Limpa II e Juçaral. O objetivo principal dessa movimentação das famílias foi o de impedir a devastação das áreas de *chapada* pelos chamados *gaúchos*, diante da possibilidade da transferência de terras por parte dos pretensos proprietários. Cabe destacar que em alguns momentos ocorreram enfrentamentos diretos, seja com os pretensos proprietários, seja com os *gaúchos*. Nestes contextos, houve uma mobilização das famílias do povoado contra uma operação de desmatamento que estava sendo realizada em áreas utilizadas pelas famílias dessa localidade. Nesse sentido, cabe destacar as formulações de Acserald (2004, p. 7) ao afirmar que na “perspectiva das ciências sociais críticas, não é possível separar a sociedade e seu meio ambiente”, pois cada relação é dotada de sentido específico, e as interações se verificam tanto material como socialmente.

O enfrentamento entre as famílias dos três povoados e os *gaúchos*, a princípio, sugere uma relação de poder desigual, porém, o desenrolar do conflito alterou toda a situação, de forma semelhante àquela estudada por Souza Filho (2013) ao sublinhar o conflito entre os quilombolas de Mamuna e a Alcântara Ciclone Space<sup>4</sup>. Embora sejam situações distintas em termos sociais e geográficos, e apesar da existência de uma relação de força desigual, no caso de Juçaral ocorreu situação similar. Segundo Souza Filho (2013, p. 107) “o que era apontado como irreversível, foi evitado pela reação das famílias ao se verem ameaçados em sua reprodução material e social”. Ainda que as relações de poder indicassem um desequilíbrio nesse enfrentamento, os trabalhadores viram-se diante de uma situação-limite, já que o que estava em jogo era a garantia da permanência em seus territórios e a manutenção das áreas de *chapada*, historicamente utilizadas pelas famílias.

Nessa perspectiva, considerando as ponderações de Scott (2002), as formas cotidianas de resistência compreendem as diversas maneiras de defender-se em um determinado contexto. Em um desses momentos de ameaça de devastação de extensas áreas de mata nativa, os moradores de distintas localidades e os membros do STTR de Chapadinha, dirigiram-se às *chapadas*, munidos de facões, foices e outros instrumentos de trabalho, para impedir a devastação levada a cabo pelos chamados *correntões* dos *gaúchos*, que consistem em grandes correntes atadas a tratores e usadas para derrubada da vegetação nativa. A partir dessa iniciativa pode-se perceber que a ação coletiva das famílias de Juçaral, demonstrou “a capacidade de associação dos agentes sociais” (Souza Filho, 2013, p. 113).

Com relação ao enfrentamento, convém ressaltar que os moradores conseguiram evitar a continuidade do trabalho dos encarregados de promover o desmatamento, impedindo qual-

4 O referido estudo relaciona-se aos problemas envolvendo famílias quilombolas e as terceirizadas da Binacional (Brasil-Ucrânia) Alcântara Ciclone Space.

quer tipo de acesso às terras por parte dos sojicultores. Esse episódio provocou grandes desdobramentos a ponto de o pretense proprietário acionar a polícia para acompanhar o trabalho dos tratores, porém, o embargo das obras foi mantido pelos moradores, propiciando a abertura de processo por parte de um sojicultor do Estado do Paraná para assegurar o direito de acesso à propriedade que reivindicava como sua.

Essa situação de conflito revela os interesses em jogo, uma vez que a área era pretendida pelos chamados *gaúchos* e também reivindicada pelas famílias que há décadas moravam na localidade. Sobre a utilização dos recursos, essas famílias caracterizam-se por apresentar um modo de vida peculiar que permite uma apropriação equilibrada dos espaços e dos recursos naturais, permitindo, assim, um impacto menor, se comparado àquele provocado pelos novos agentes econômicos que se instalam na região.

Zhoury e Laschefski (2010) destacam que os grandes agentes econômicos disputam áreas com famílias camponesas, principalmente porque veem nesses espaços condições favoráveis para o desenvolvimento de seus *empreendimentos*. Nesse sentido, cabe sublinhar a perspectiva salientada por Little (2002), que considera a resistência como uma das respostas mais comuns na história da expansão da produção de *commodities*.

Diante do avanço dos agentes do *agronegócio*, as famílias situadas historicamente na região organizaram-se e estabeleceram estratégias no sentido de frear a destruição das *chapadas*. Tais mobilizações permitiram que buscassem meios para defender os seus territórios e conservar os ambientes indispensáveis à reprodução do seu modo de vida (material e social). Nesse sentido, a mobilização ganhou força e contou com o apoio do STTR e órgãos ambientais oficiais para transformar essas áreas de tensão social em uma Reserva Extrativista de Uso Sustentável.

Em relação a esse quadro vale lembrar as ponderações de Charles Tilly. Segundo este autor uma ação coletiva consiste em pessoas agirem juntas objetivando alcançar interesses comuns. A ação dos agentes sociais deve ser pensada também como produto de uma aprendizagem assegurada em outras situações de enfrentamento (Tilly, 1986, p. 7). Em outras palavras, a luta empreendida pode ser entendida como uma pedagogia histórica e politicamente caracterizada.

A ameaça de perderem as áreas de *chapada*, indispensáveis às suas atividades econômicas, serviu de referência para orientar as mobilizações, permitindo que as famílias dos distintos povoados partissem para o confronto direto com os chamados *gaúchos* ao mesmo tempo em que estabeleceram estratégias, articulações de variados tipos de modo a potencializar suas ações. Mobilizaram novos repertórios de ação coletiva a partir de experiências vividas ou observadas. Desse modo, ações anteriores puderam contribuir para alterar favoravelmente as subsequentes.

A dinâmica que move os agentes sociais a conduzir suas ações em um enfrentamento como o verificado entre as famílias dos povoados e os novos agentes econômicos, fez com que colocassem em operação o que Tilly (1993) denominou de repertório contencioso, ou seja, a gama das formas possíveis que os agentes sociais põem em funcionamento para fazer valer os seus direitos ou realizar suas reivindicações.

Nesse movimento, as experiências que não deram certo devem ser abandonadas e outras devem ser buscadas de modo a conservar a dinâmica da ação coletiva. Os agentes sociais atuam estrategicamente para potencializar os seus ganhos coletivos realizando as operações necessárias dentro dos limites determinado pelos custos das ações empreendidas (Tilly, 1986).

Os distintos episódios ocorridos em Chapada Limpa I, Chapada Limpa II e Juçaral podem ser ilustrativos também do aprendizado que os agentes sociais adquiriram ao longo do tempo, seja no âmbito das reivindicações, nos enfrentamentos diretos ou mesmo por meio de articulações com instituições de diferentes tipos. Esse aprendizado serve, inclusive, para manter em ação aqueles que historicamente participam dos enfrentamentos. Essa aprendizagem, que

qualifica para a luta, pode ser identificada também como parte do repertório que se constitui e reformula-se constantemente pela própria dinâmica do enfrentamento.

Foi a partir do entendimento dos interesses em jogo que envolviam nessa arena diferentes agentes e instituições, e também pela consciência do *quantum* de força que possuíam nos enfrentamentos, que as famílias das distintas localidades tiveram êxito nas suas ações. Essa ação coletiva, portanto, não deve ser entendida, como observa Tilly (1993), como algo realizado de forma impensada ou aleatória, mas sim como uma ação consciente e estratégica que integra o repertório contencioso dos grupos familiares.

Diante desse quadro, para o entendimento do interesse em inserir a questão ambiental no universo da mobilização das famílias, vale recuperar as reflexões de Leite Lopes (2006, p. 45) no que se refere à “ambientalização dos conflitos”, uma vez que os questionamentos sobre os impactos da agressiva devastação de áreas de *chapadas* foram trazidas ao debate público. De acordo com o autor, o termo “ambientalização” passa a fazer parte do discurso das populações atingidas como estratégia de interesses e reivindicações (Lopes, 2006, p. 49). Conforme sublinhado pelos entrevistados, os funcionários do IBAMA (à época) compartilharam da mobilização em favor da preservação dos ecossistemas.

Para a situação em análise, cabem as considerações feitas por Souza Filho (2014, p. 49) ao apontar que “o conflito não nasce, portanto, motivado por razões ambientais, torna-se ambiental, nos seus desdobramentos, por motivos estratégicos”. Assim sendo, conforme o autor sublinha, o que deve ser levado em consideração, portanto, é a argumentação dos moradores de Juçaral associada ao discurso de preservação, pois, o que se observa, segundo os relatos, é que essa foi a melhor maneira de obter o que almejavam, já que foram orientados pelo órgão ambiental.

O povoado Juçaral foi pioneiro na luta pela criação da Resex, visto que sua situação ganhou mais destaque, uma vez que houve um enfrentamento direto. Cabe destacar que foram os moradores desse povoado que buscaram apoio e alternativas para minimizar os danos provocados pelos chamados *gaúchos*. Segundo os relatos foi somente após o enfrentamento realizado pelas famílias de Juçaral que as dos outros povoados ampliaram a luta e criaram suas respectivas associações de moradores, tendo sido auxiliados pelo STTR. Dessa maneira, o processo de criação da Resex cumpriu distintas etapas: a solicitação formal dos moradores de Juçaral por meio de sua associação; vistoria técnica do IBAMA para levantar o potencial da área e de seus recursos; elaboração do laudo socioeconômico e biológico; consulta pública a moradores da área para implantação da Resex.

Como resultados desse processo de luta das famílias, no dia 26 de setembro de 2007, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou o Decreto de criação da Resex Chapada Limpa, localizada no município de Chapadinha/MA, com uma área de 11.971,24 hectares.

### 3. GOVERNANÇA AMBIENTAL E TERRITORIAL: O USO DOS RECURSOS ANTES E DEPOIS DA CRIAÇÃO DA RESEX CHAPADA LIMPA

Superados os problemas com os pretensos proprietários e agentes do *agronegócio*, e uma vez criada a Resex Chapada Limpa, caberia compreender os problemas relacionados com as formas de governança a partir da confrontação entre o modelo adotado pelo Estado e aquele pensado pelas famílias dos distintos povoados que integram a Resex. Para tanto, serão observadas, em termos comparativos, as formas de uso dos recursos pelas famílias tanto antes como depois da criação da Resex. Em se tratando de reservas extrativistas de uso sustentável, isso implica levar em consideração os modelos postos em jogo com relação ao uso e à conserva-

ção dos recursos: aquele definido pelos órgãos gestores e aquele dos atores sociais usuários dos recursos disponíveis na Unidade de Conservação.

A própria existência de uma UC reforça a ideia de compreender o que Arns (2010, p.124) chama de “dispositivos de governança”, já que a participação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - (ICMBio) como gestor da unidade de conservação tem gerado expectativas negativas pelas famílias em função das novas regras de uso dos recursos naquele território. O objetivo, portanto, é entender em que medida a criação da Resex interferiu na autonomia dessas famílias.

Ao pensar as formas de organização social e econômica dessas famílias, é importante destacar que uma vez decretada a área como unidade de conservação, o Estado passou a funcionar como cogestor da Resex e, nesse caso, a maneira de olhar para o mesmo espaço natural começou a ser diferenciada. Novas regras passaram a orientar a relação homem e natureza, tendo como ponto de referência as áreas naturais na lógica da natureza intocada (Diegues, 2004).

Nesse contexto, a criação da Resex Chapada Limpa fez aflorar um novo desafio: “relacionar-se com o Estado sem que isso representasse uma perda de autonomia das famílias em relação ao uso dos recursos segundo as particularidades de sua organização social e econômica” (Souza Filho, 2014, p 56).

Segundo Teisserenc (2014), governança tem a ver com um conjunto de práticas participativas, cuja finalidade é assegurar o desenvolvimento sustentável. No caso da Resex Chapada Limpa, a governança seria efetivada através das tomadas de decisão do conselho deliberativo, ao qual cabe o co-gerenciamiento dessas áreas segundo regras acordadas e legitimada pelo órgão gestor.

A Resex Chapada Limpa é uma área utilizada por famílias camponesas, cuja organização econômica baseia-se na articulação do extrativismo do bacuri, agricultura, caça, e criação de animais de pequeno porte. Desta maneira, o modelo de UC tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais.

Corezola *et al* (2010, p. 90) chamam atenção nesse sentido, argumentando que “a governança territorial se expressa na capacidade, dos atores sociais gerarem resultados políticos e sociais para os territórios, compartilhando o poder de decisão do Estado e a sociedade civil”. Cabe destacar que antes de a área ser decretada como Resex, os segmentos camponeses eram submetidos ao pagamento de renda pelo uso da terra, bem como à *divisão de meia* do bacuri com os pretensos proprietários. Com a criação da UC, moradores outrora atrelados a proprietários, passaram a ficar sujeitos a regulamentos estabelecidos pelo ICMBio. Assim, foram introduzidas novas regras que regulavam o uso dos recursos, limitando a autonomia das famílias das localidades sobre seus territórios.

Vale ressaltar que embora as UCs estejam intrinsecamente voltadas à sustentabilidade, ao serem criadas, elas transformam e influenciam as práticas dos grupos sociais em relação ao território em que vivem e ao ambiente de que fazem uso. Assim, as novas regras introduzidas pelo órgão gestor da Resex colidiram em muitos aspectos com aquelas operadas pelas famílias em relação ao uso dos seus territórios, interferindo na forma de uso e manejo dos recursos. Esses elementos oferecem as bases para pensar as dinâmicas adotadas pelos agentes envolvidos na gestão ambiental e territorial dessa unidade de conservação.

Todos esses aspectos apontam, como observa Gohn (2005), que a importância dos direitos de determinado grupo social consiste em exercer princípio ético e moral, através da experiência acumulada, isto é, a participação social é essencial, uma vez que estimula as redes de participação social, estruturada a partir de territórios, com base na gestão compartilhada. Co-



rezola *et al* (2010) apontam que a governança deve consistir no conjunto de práticas entre atores preocupados em promover uma capacidade coletiva de gestão social pautada na cooperação e seus benefícios.

Segundo os integrantes das unidades familiares, existe um confronto entre as regras estabelecidas pelo ICMBio e aquelas que orientam as práticas das famílias em relação ao uso dos recursos. Por colidirem em muitos aspectos, isso significou uma redução na autonomia das famílias. Assim, desde a época dos pretensos proprietários, até o momento posterior à criação da Resex, a autonomia das famílias tem permanecido em questão.

Mas afinal, de qual governança estamos falando? Uma governança que restringe autonomia ou a possibilita de alguma maneira? Segundo os interlocutores, existe uma ambivalência da governança ambiental, visto que por um lado ela fortalece o poder do ICMBio mas, por outro, confere certa autonomia às famílias, uma vez que podem conservar as regras de uso de recursos em determinados ambientes tal como operavam antes de criação da Resex, agora sem a ameaça de intervenção de um pretense proprietário.

Apesar da presença incômoda e ambivalente do Estado, os moradores evidenciam compreensões muito bem definidas sobre os aspectos positivos da criação da Resex - quebra da sujeição - já que outrora estavam atrelados aos proprietários, mas também aspectos negativos, relacionados às mudanças nas atividades agrícolas, em função do que estabelece o plano de uso da Resex.

Segundo os interlocutores, antes da criação da Resex, cada povoado tinha seus limites demarcados. Tal limite era identificado pelo que denominam localmente de *variantes*. Os *variantes* marcam, portanto, os limites identificados e reconhecidos pelos proprietários ou moradores. Ainda segundo os informantes, mesmo depois de decretada a área como unidade de conservação, as formas de uso dos recursos dentro dos limites territoriais de cada povoado foram mantidos pelas famílias que, mesmo adotando as antigas regras, passaram a experimentar novos códigos e dinâmicas, desta feita, determinadas pelo ICMBio.

É possível perceber nitidamente como gerenciam os limites do território no que diz respeito às áreas de bacurizais. Segundo os moradores, as áreas de ocorrência do bacuri são divididas entre povoados, respeitando-se os limites estabelecidos e reconhecidos por eles. Assim, o bacurizal de cada povoado é uma área de *uso comum*<sup>5</sup> das famílias daquele povoado. Em outras palavras, os limites territoriais em relação à apropriação dos recursos, como por exemplo, a área de bacurizal, antes da criação da UC, baseava-se, na prática de que cada pessoa só poderia coletar bacuri dentro do limite do seu povoado. Segundo as regras locais, não era permitida a entrada de moradores que não pertencessem ao povoado para colher o fruto.

Com a criação da Resex, foram introduzidas novas regras para disciplinar o acesso aos recursos segundo outro entendimento de *uso comum*. O *uso comum*, para o ICMBio, significava a apropriação igualitária dos recursos da natureza. O sentido de comum, na perspectiva do órgão gestor parte do pressuposto de que todos têm direito de acesso aos recursos por tratar-se de uma unidade de conservação. Seguindo as indicações de que a reserva extrativista contribui para a manutenção do meio ambiente, além de proteger a reprodução de modo de vida das famílias, e promover a garantia dos territórios aos integrantes das unidades familiares, isso dissemina o pensamento de que todos têm o direito de colher o fruto onde desejar, visto tratar-se de uma unidade de conservação.

---

5 O termo *uso comum* contempla a ideia de coletividade, o acesso a terra para o exercício das atividades extrativas e produtivas. Para maiores informações sobre esse entendimento de uso comum em terras tradicionalmente ocupadas ver Almeida (2004).

Certamente aqui reside um problema fundamental que é o de confrontação com os fundamentos nativos de *uso comum* dos recursos dos territórios. O gestor da Resex, ao mencionar que todas as pessoas têm acesso livre aos recursos, independentemente de morar ou não em áreas de ocorrência de bacuri, fez aflorar um descontentamento já que, anteriormente à criação da unidade, a regra era que cada pessoa só poderia colher bacuri para vender, dentro dos limites do seu povoado. Neste contexto, Souza Filho (2008, p.139) destaca que “apesar de o *uso comum* ser uma prática recorrente, existem normas erigidas pelo grupo que disciplinam o acesso a tais recursos”. Segundo o plano de manejo, deve ser levada em consideração a forma de manejo praticada pelas *comunidades tradicionais*, assegurando, deste modo, o seu saber sobre a natureza.

A solução tomada pelos moradores foi a elaboração de um contrato de concessão firmado em ata entre os povoados de Juçaral, Chapada Limpa I e Chapada Limpa II, realçando que permaneceria em vigor a antiga regra. Com isso, foram resguardados os direitos historicamente estabelecidos. Neste caso, o que estava em jogo, expresso na tomada de decisão relativa à estratégia de acordar a antiga regra de acesso aos recursos, era a própria garantia da manutenção dessas famílias.

Neste sentido, é preciso enfatizar que, mesmo tendo sido criada a Resex, e esta possuir um gestor vinculado ao órgão ambiental do Estado, alguns moradores continuaram a ter o controle sobre algumas porções do território da unidade de conservação.

Os interlocutores enfatizaram ainda algumas alterações na organização social e econômica de Juçaral em função da aplicação do plano de uso e manejo dos recursos da unidade de conservação. Durante a pesquisa, os relatos dos moradores remetiam às mudanças em relação às atividades agrícolas, extrativas, criação de animais, caça, e outros. Segundo os informantes, após a criação da UC, as *roças* deveriam ser implantadas apenas nos locais indicados, no caso, as áreas de *carrasco*<sup>6</sup> e *chapada*, obedecendo ao limite mínimo de cem metros, ou mais, de distância da beira de riachos, nascentes, e onde não havia a presença de bacuri, babaçu e demais espécies de potencial extrativo; as *roças* poderiam ser implantadas por um ou dois grupos, cujo objetivo era a redução de áreas isoladas, promovendo o cooperativismo, evitando a fragmentação da vegetação, com vistas a promover o menor impacto possível; o local de implantação das *roças* deveria ser comunicado à associação de moradores, indicando a forma de limpeza e o tamanho da área utilizada.

Conforme o plano de manejo, recomendava-se utilizar também como áreas de roçado, terrenos degradados, com a finalidade de evitar a abertura de novas áreas, o que vai de encontro ao uso tradicional da terra operado pelas famílias dos povoados. Cabe destacar, que os segmentos camponeses que viviam ali já desenvolviam naquela região as suas atividades econômicas segundo seu sistema cultural antes mesmo da chegada dos *gaúchos* e do Estado. Praticavam, portanto, um sistema de uso e manejo dos recursos distinto daquele imposto pelo Estado posteriormente à criação da unidade de conservação.

A criação da Resex Chapada Limpa possibilitou a identificação de algumas questões relacionadas à autonomia das famílias camponesas. As recuperações históricas apontam dois momentos importantes: o anterior à criação da Resex e o posterior a ele. No que se refere à autonomia das famílias no momento anterior à criação da Resex, observamos que ela esteve sujeita à relação que as famílias estabeleciam com os pretensos proprietários que ameaçavam sua reprodução material e social. Foi possível perceber que quando se verificou o enfretamento de camponeses com pretensos proprietários de terra, o que estava em jogo era a autonomia das

<sup>6</sup> As áreas de *carrascos*, descritas pelos interlocutores referem-se a terreno íngreme e pedregoso. São locais de vegetação mais densa, embora apropriados para caça. Não apresenta um solo fértil quanto os chamados *baixões* (áreas úmidas, apontadas como propícias para o cultivo).

famílias camponesas, que não podia ser usufruída em função das limitações impostas pela cobrança da renda da terra.

O problema da autonomia ganhou contornos diferentes quando essa relação de subordinação podia ser transformada em uma situação de expropriação definitiva por conta da presença de novos agentes econômicos interessados na terra, no caso os chamados *gaúchos*.

Essa possibilidade colocou em risco a própria reprodução material e social das famílias, já que a mudança de relação com os antagonistas mudaria o cenário social e ambiental onde as famílias estavam instaladas. A presença dos *gaúchos* implicava uma perspectiva totalmente distinta, pois representava a possibilidade de mudança radical na paisagem a partir da supressão da vegetação nativa.

Interessa considerar que quando é criada uma unidade de conservação, alteram-se as práticas pré-existentes no que se refere ao uso dos recursos. Isso propicia alterações na autonomia das famílias, uma vez que a gestão da Resex implica a introdução de novas regras de monitoramento ambiental e territorial. Então, quando se cria uma unidade de conservação, redefine-se o princípio de autonomia.

É importante ressaltar que as famílias camponesas que historicamente vivem e trabalham na região Leste do Maranhão, à medida que realizam o enfrentamento aos novos agentes econômicos que ali se instalam, além de lutarem para continuar exercendo a autonomia sobre seus territórios, acabam cumprido um papel importante na conservação da biodiversidade existente no cerrado. Assim, a questão da autonomia nesse caso, define-se como complexa em função dos desafios a serem superados em função da modificação dessas áreas de tensão social em uma unidade de conservação, e também pela existência de novas regras para o monitoramento ambiental e territorial da Resex Chapada Limpa.

Recebido em: 20/06/2016

Aprovado em: 20/02/2017

## REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H. *Conflitos Ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
- ALMEIDA, A. W. Terras Tradicionalmente Ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. v.6, n.1, p. 1-24, maio. 2004.
- ANDRADE, M. C. *Paisagens e Problemas do Brasil*. 4ª ed. – São Paulo. Brasiliense, 1973.
- ARNS, P. C. Um Olhar Sobre os Dispositivos de Governança. *Raízes-Revista de Ciências Sociais e Econômicas*. Campinas Grande: UFCG, v. 28, ns. 1 e 2, v. 29, n. 1, p. 121–131, jan./2009 a jun./2010.
- COREZOLA, F.; OLIVEIRA, C. D.; ALMEIDA, M. G. Desafios da Governança Territorial nos Territórios Incorporados ao Programa Territórios da Cidadania. *Raízes - Revista de Ciências Sociais e Econômicas*. Campina Grande: UFCG, v. 28, ns. 1 e 2, v. 29, n. 1, p. 87-96, jan./2009 a jun./2010.
- DIEGUES, A. C. *O mito moderno da natureza intocada*. 4ª ed. – São Paulo: Hucitec, 2004.
- GASPAR, R. B. *O Eldorado dos Gaúchos: deslocamento de agricultores do Sul do país e seu estabelecimento no Leste Maranhense*. São Luís: EDUFMA, 2013.
- GOHN, M. G. Cidadania e direitos culturais. *Katálisis*, Florianópolis, v.8, n.1, p. 15-23, jan/jun, 2005.

- HAESBAERT, R. *Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste*. – Niterói, Rio de Janeiro: EDUFF, 1997.
- LITTLE, P. E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade. *Série Antropologia*. Nº 322. Brasília: UNB, p. 1-32, 2002.
- LOPES, J. S. L. Sobre processos de ‘ambientalização’ dos conflitos e sobre dilemas da participação. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, v. 12, n. 25, p. 31-64, jan/jun, 2006.
- MORAES, M. D. C. *Memórias de um sertão desencantado: modernização agrícola, narrativas e atores sociais nos cerrados do sudoeste piauiense*. Campinas, 2000. 459 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, 2000.
- PAULA ANDRADE, M. *Os gaúchos descobrem o Brasil: projetos agropecuários contra a agricultura camponesa*. São Luís: EDUFMA, 2008.
- SCOTT, J. C. Formas cotidianas da resistência camponesa, (tradução Marilda Menezes e Lemuel Guerra). *Raízes-Revista de Ciências Sociais e Econômicas*. Campinas Grande: UFCG, v. 21, n. 01, p. 10-31, jan./jun. 2002.
- SHIRAISHI NETO, J. Grilagem de Terra no Leste Maranhense. In: CONCEIÇÃO, Francisco Gonçalves da (Org.). *Carajás: desenvolvimento ou destruição? Relatórios de pesquisa*. São Luís: Comissão Pastoral da Terra, 1995. p. 67-77.
- SOUZA FILHO, B. *Os pretos de Bom Sucesso: terra de preto, terra de santo, terra comum*. São Luís: EDUFMA, 2008.
- SOUZA FILHO, B. Ovo Briga com Pedra: metáforas e conflitos socioambientais em Alcântara. In: SOUZA FILHO, Benedito. *Os novos capitães do mato: conflitos e disputa territorial em Alcântara*. São Luís: EDUFMA, 2013. p. 105-135.
- SOUZA FILHO, B. Conflitos e estratégias para a governança territorial: o caso da Resex Chapada Limpa. *Revista Pós Ciências Sociais - Dossiê Sociedade, Ambiente e Governança*. São Luís: EDUFMA, v.11, n. 22, p. 43-59, jul./dez. 2014.
- TEISSERENC, P. Governança Territorial em Reservas Extrativistas. *Revista Pós Ciências Sociais - Dossiê Sociedade, Ambiente e Governança*. São Luís: EDUFMA, v.11, n. 22, p. 19-41, jul./dez. 2014.
- TILLY, C. Contentious repertoires in Great Britain, 1758-1838. *Social Science History*, v. 17, n. 2, p. 253-280, 1993.
- TILLY, C. *The contentious French: four Centuries of popular struggle*. Cambridge, Mass, Belknap press of Harvard University Press, 1986.
- VELHO, O. G. *Frentes de Expansão e Estrutura Agrária - estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. Desenvolvimento e conflitos ambientais – um novo campo de investigação. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (Org.). *Desenvolvimento e conflitos ambientais*. Belo Horizonte: UFMG, 2010. p. 11-31.